

Rejeitado na reunião da CACDLG de 04-10-2023, com os votos contra do PS, a favor do PSD, CH, IL e PCP, na ausência do BE, PAN e L

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,
Dr. Fernando Negrão

REQUERIMENTO

Desde janeiro deste ano que os oficiais de justiça estão em sucessivas greves, reivindicando a resolução de vários problemas que os afetam e que há muito estão por resolver, como a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e a integração, sem perda salarial, do subsídio de recuperação processual no respetivo vencimento, que são pretensões justas, legítimas e merecedoras da máxima atenção por parte do Governo.

Todavia, a absoluta incapacidade do Governo em lidar com estas greves, nomeadamente impondo extemporaneamente a fixação de serviços mínimos, o que já veio a ser declarado ilegal em recente Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, tem gerado um autêntico caos no funcionamento dos tribunais, uma vez que já levou ao adiamento de mais de 100 mil diligências e mais de 5 milhões de atos processuais.

Há muito que não se via um clima de crispação tão prolongado, que dura há meses, com o Governo a ignorar e a arrastar no tempo, de forma incompreensível e injustificável, questões que há muito já poderiam estar resolvidas com esta classe profissional.

Com a sua persistente inação e adiamento da resolução dos problemas, recai sobre o Governo a exclusiva responsabilidade pela paralisação a que se assiste, nestes últimos meses, nos tribunais.

No início deste mês, o Ministério da Justiça anunciou que iria muito brevemente publicar o projeto de revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça no Boletim de Trabalho e Emprego.

No dia 15 deste mês, a Sra. Ministra da Justiça deu a garantia de que o novo Estatuto seria apresentado na “*próxima semana*”, ou seja, na semana de 18 a 22 de setembro, o que, todavia, não aconteceu.

Soube-se dia 27 deste mês que os sindicatos foram convocados para a entrega, no dia 2 de outubro próximo (próxima segunda-feira), do projeto de Estatuto pelo Governo.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Espera-se que, desta vez, o Governo cumpra com o prometido e, sobretudo, apresente aos oficiais de justiça uma revisão estatutária que valorize as suas carreiras e dignifique esta classe profissional, mostrando abertura negocial para que haja pacificação social nesta área e os tribunais possam finalmente retomar o seu normal funcionamento.

Impõe-se, assim, ouvir, com a maior brevidade possível, o que a Senhora Ministra da Justiça tem a dizer sobre a paralisação que tem afetado, nos últimos meses, o funcionamento dos tribunais, em consequência das sucessivas greves dos oficiais de justiça, e sobre a forma como planeia recuperar os atrasos daí decorrentes, devendo ainda esclarecer em que medida é que o novo projeto de Estatuto dos Funcionários de Justiça permitirá o retomar da normalidade no funcionamento dos tribunais.

Nesse sentido, os(as) Deputados(as) do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição urgente, na 1ª Comissão, da Senhora Ministra da Justiça para prestar os esclarecimentos necessários sobre este assunto.

Palácio de São Bento, 29 de setembro de 2023

Os(As) Deputados(as) do PSD